

# **Demonstrações Financeiras**

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

### Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

#### Índice

Relatório do auditor independente .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	12



Edifício Trade Tower  
Av. José de Souza Campos, 900  
1º e 3º andares - Nova Campinas  
13092-123 - Campinas - SP - Brasil  
Tel: +55 19 3322-0500  
Fax: +55 19 3322-0559  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**AB Concessões S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia AB Concessões (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2021

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini  
Contador CRC-1SP182975/O-5

## AB Concessões S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	50	47	552.316	721.713
Contas a receber	4	-	-	79.637	74.971
Partes relacionadas	9	6.627	18.151	1.695	-
Impostos a recuperar		577	584	10.413	11.428
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	161.851	181.325
Dividendos a receber	9	367.600	124.638	-	-
Outros ativos		1.065	1.155	12.923	11.160
Total do ativo circulante		375.919	144.574	818.835	1.000.597
Não circulante					
Debêntures com partes relacionadas	9	2.432.645	2.585.682	2.135.250	2.585.682
Partes relacionadas	9	34.648	34.648	34.648	34.648
Contas a receber	4	-	-	69.184	69.334
Dividendos a receber	5	5.785	5.785	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	20.498	26.871	247.380	274.664
Impostos a recuperar		-	-	617	18
Depósitos e bloqueios judiciais	11	7.172	6.805	253.212	254.724
Outros ativos		130	130	21.549	32.581
Direito de uso		3.045	2.788	6.794	6.230
Investimentos	5	2.062.890	2.197.709	-	-
Imobilizado		3.994	1.521	3.994	1.523
Intangível	7	1.182	1.851	2.579.951	2.907.456
Ativo contratual	7	-	-	73.403	80.213
Total do ativo não circulante		4.571.989	4.863.790	5.425.982	6.247.073
Total do ativo		4.947.908	5.008.365	6.244.817	7.247.670

## AB Concessões S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Debêntures	8	-	-	<b>471.496</b>	819.805
Arrendamento mercantil		<b>543</b>	279	<b>1.805</b>	2.130
Fornecedores		<b>5.317</b>	1.522	<b>66.033</b>	76.615
Partes relacionadas	9	<b>370</b>	3.027	<b>1.005</b>	3.459
Obrigações fiscais		<b>2.051</b>	3.298	<b>75.673</b>	74.162
Credor pela concessão	10	-	-	<b>2.029</b>	3.468
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>7.523</b>	5.774	<b>19.532</b>	17.701
Provisão para manutenção e investimentos	12	-	-	<b>56.265</b>	130.156
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	<b>113.864</b>	97.508
Outras contas a pagar		<b>235</b>	457	<b>9.168</b>	30.222
Total do passivo circulante		<b>16.039</b>	14.357	<b>816.870</b>	1.255.226
Não circulante					
Debêntures	8	-	-	<b>1.467.116</b>	1.898.992
Partes relacionadas		<b>297.294</b>	-	<b>297.294</b>	-
Arrendamento mercantil		<b>2.645</b>	2.562	<b>5.268</b>	4.223
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11	<b>1.854</b>	1.064	<b>229.561</b>	179.365
Provisão para manutenção e investimentos	12	-	-	<b>97.990</b>	65.664
Dividendos a pagar		<b>191.243</b>	191.243	<b>191.243</b>	191.243
Debêntures e mutuo com partes relacionadas	9	<b>1.706.487</b>	1.636.701	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	<b>407.129</b>	490.520
Total do passivo não circulante		<b>2.199.523</b>	1.831.570	<b>2.695.601</b>	2.830.007
Patrimônio líquido					
Capital social	13	<b>738.653</b>	738.653	<b>738.653</b>	738.653
Reserva de capital		<b>1.791.591</b>	1.791.591	<b>1.791.591</b>	1.791.591
Reservas de lucros		<b>202.102</b>	632.193	<b>202.102</b>	632.193
Total do patrimônio líquido		<b>2.732.346</b>	3.162.437	<b>2.732.346</b>	3.162.437
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>4.947.908</b>	5.008.364	<b>6.244.817</b>	7.247.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	14	-	-	<b>1.267.338</b>	1.276.300
Custo dos serviços prestados	15	-	-	<b>(544.131)</b>	(497.171)
Lucro bruto		-	-	<b>723.207</b>	779.129
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	15	<b>(14.828)</b>	(15.083)	<b>(403.604)</b>	(367.712)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos		<b>(565.303)</b>	(26.688)	<b>(565.303)</b>	(26.688)
Resultado de equivalência patrimonial	5	<b>105.848</b>	121.610	<b>(36.938)</b>	(75.053)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	-	633	<b>2.670</b>	2.385
Total		<b>(474.283)</b>	80.472	<b>(1.003.175)</b>	(467.068)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<b>(474.283)</b>	80.472	<b>(279.968)</b>	312.061
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	<b>151.916</b>	221.398	<b>330.072</b>	452.957
Despesas financeiras	16	<b>(77.536)</b>	(133.147)	<b>(320.024)</b>	(494.295)
		<b>74.380</b>	88.251	<b>10.048</b>	(41.338)
Resultado operacional e antes do imposto de Renda e da contribuição social		<b>(399.903)</b>	168.723	<b>(269.920)</b>	270.723
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	6	<b>(23.815)</b>	(26.765)	<b>(216.281)</b>	(228.776)
Diferidos	6	<b>(6.373)</b>	10.383	<b>56.110</b>	110.394
Resultado líquido do exercício		<b>(430.091)</b>	152.341	<b>(430.091)</b>	152.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	<b>(430.091)</b>	152.341	<b>(430.091)</b>	152.341
Resultado abrangente total do exercício	<b>(430.091)</b>	152.341	<b>(430.091)</b>	152.341

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		738.653	1.791.622	39.554	476.448	-	3.046.277
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	152.341	152.341
Destinação do lucro:							
Reserva legal	13	-	-	7.617	-	(7.617)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(36.181)	(36.181)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	108.543	(108.543)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		738.653	1.791.622	47.171	584.991	-	3.162.437
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(430.091)	(430.091)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	(430.091)	430.091	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<b>738.653</b>	<b>1.791.622</b>	<b>57.024</b>	<b>154.900</b>	-	<b>2.732.346</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do exercício		<b>(430.091)</b>	152.341	<b>(430.091)</b>	152.341
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas					
(Aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	<b>6.373</b>	(10.383)	<b>(56.110)</b>	(110.394)
Depreciação e amortização	7	<b>1.969</b>	2.445	<b>459.065</b>	453.062
Perdas pela não recuperabilidade de ativos		<b>565.302</b>	26.688	<b>565.302</b>	26.688
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	9	<b>(82.116)</b>	(99.305)	<b>(151.901)</b>	(221.349)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	16	-	-	<b>165.279</b>	256.478
Variação monetária e juros com credores pela concessão e		-	-	<b>11</b>	618
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	12	-	-	<b>36.127</b>	27.814
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11	<b>1.198</b>	-	<b>84.981</b>	70.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	<b>290</b>	(233)
Baixa do ativo intangível	7	-	-	<b>285</b>	333
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	16	-	-	<b>(10.116)</b>	9.130
Resultado de equivalência patrimonial	5	<b>(105.848)</b>	(121.610)	<b>36.938</b>	75.053
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas		<b>11.524</b>	4.282	<b>(6.501)</b>	(14.836)
Impostos a recuperar		<b>7</b>	(239)	<b>416</b>	(4.157)
Despesas antecipadas e outros ativos		<b>(554)</b>	(3.067)	<b>6.064</b>	(8.452)
Depósitos e bloqueios judiciais		<b>(367)</b>	(335)	<b>1.512</b>	(16.140)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		<b>298.432</b>	(644)	<b>299.497</b>	(16.568)
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>1.749</b>	850	<b>1.831</b>	(845)
Obrigações fiscais		<b>22.745</b>	14.371	<b>214.823</b>	230.818
Provisão para manutenção (utilização)	12	-	-	<b>(73.552)</b>	(114.780)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (utilização)	11	<b>(409)</b>	-	<b>(34.785)</b>	(19.771)
Apropriação da outorga variável		-	-	<b>410</b>	113
Outras contas a pagar		<b>124</b>	2.692	<b>(20.335)</b>	28.298
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<b>(23.993)</b>	(26.161)	<b>(213.313)</b>	(225.580)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<b>266.045</b>	(58.074)	<b>876.127</b>	578.640
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos recebidos		<b>84.643</b>	80.519	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7	<b>(3.382)</b>	(446)	<b>(144.239)</b>	(107.034)
Aquisição de debêntures - partes relacionadas		<b>(297.303)</b>	-	<b>(297.303)</b>	-
Aumento de capital em controlada	5	<b>(50.000)</b>	(22.000)	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<b>(266.042)</b>	58.073	<b>(441.542)</b>	(107.034)

## AB Concessões S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Debêntures:					
Captação		-	-	<b>495.231</b>	507.674
Pagamento de principal		-	-	<b>(1.017.158)</b>	(585.054)
Pagamentos de juros		-	-	<b>(118.607)</b>	(198.648)
Empréstimos e financiamentos:					
Captação		-	-	<b>5.000</b>	-
Pagamentos de principal		-	-	<b>(5.000)</b>	-
Pagamentos de juros		-	-	<b>(15)</b>	-
Liquidação de outorga fixa		-	-	<b>(1.860)</b>	(10.761)
Recebimento (liquidação) de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	<b>38.427</b>	70.406
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	-	<b>(603.982)</b>	(216.383)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<b>3</b>	(1)	<b>(169.397)</b>	255.223
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<b>47</b>	48	<b>721.713</b>	466.490
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<b>50</b>	47	<b>552.316</b>	721.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional**

A AB Concessões S.A. (“Companhia”), sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo. O Grupo Atlantia é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias ocorridas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter o 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas:

#### Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER., compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 14 de setembro de 2021. A Sociedade ainda possui desequilíbrios contratuais reconhecidos pelo poder concedente, bem como, demais pleitos em discussão que podem alterar a data de encerramento de suas atividades.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A--Continuação

A Triângulo do Sol concluiu os principais compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20/03/2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

#### Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Salto, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### Rodovias das Colinas S.A.--Continuação

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Colinas e Triângulo do Sol são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação do DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,65%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, considerando o Decreto 64.879, de 20/03/2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, reconhece o reajuste das tarifas de pedágio, mas posterga o início da efetivação para novembro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **1. Contexto operacional--Continuação**

#### Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Nascentes das Gerais é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SEINFRA, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SEINFRA, conforme antes especificado.

A Rodovia MG 050 assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado, que está disponível no sítio da SEINFRA. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2020, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional--Continuação

#### Concessionária da Rodovia MG050 S.A.--Continuação

Natureza dos custos	Colinas	Nascentes das Gerais	Total
	Previsão de 2021	Previsão de 2021 a 2028	
Total	22.124	817.993	840.117

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

Investimentos que geram potencial de receita adicional: registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional: registrados considerando a totalidade dos contratos de concessão e apresentados a valor presente na data de transição.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

#### Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (COVID-19), instaurada o âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, em eixos equivalentes, a partir da segunda semana de março de 2020.

No cenário atual, não é possível prever, com exatidão, o impacto e a extensão da pandemia de COVID-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da COVID-19.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis**

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 30 de março de 2021.

#### Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as etções financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- (a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- (c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas..

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento.

O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

#### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### Uso de estimativa e julgamento--Continuação

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisão para manutenção e investimentos, provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas estão descritas a seguir:

#### *a) Contabilização do contrato de concessão*

Na contabilização do contrato de concessão patrocinada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão; (ii) determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; e (iii) avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os contratos de concessão das controladas receberam o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota explicativa nº 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a concessionária atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### Uso de estimativa e julgamento--Continuação

##### *b) Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A Administração da Sociedade e de suas controladas avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

Nos casos de contrato de concessão patrocinada, o reconhecimento dos ativos intangíveis segrega, principalmente, os investimentos em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional e investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

##### *c) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o exercício de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### Uso de estimativa e julgamento--Continuação

##### d) *Determinação das receitas de construção*

Quando são prestados serviços de construção deve-se reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 17 (R1) - Contratos de Construção. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as controladas reconheceram, como receita de construção, os montantes de R\$120.590 e R\$95.021, respectivamente, e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

##### e) *Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão e contrato de concessão patrocinada*

A contabilização da provisão para manutenção e investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Instrumentos financeiros ativos**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação**

##### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

##### *Custo amortizado*

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação**

##### Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por exercício inferior a 90 dias da data da aquisição.

##### Contas a receber de clientes e do poder concedente

Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.

##### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.1. Instrumentos financeiros ativos--Continuação**

##### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

#### **2.2. Ativo intangível**

##### Ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

As controladas reconheceram ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida linearmente no resultado com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

##### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis--Continuação**

##### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos de cada concessionária com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### **2.4. Custos dos empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, debêntures, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme critérios divulgados na nota 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo da concessão.

c) Instrumentos de "hedge"

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros e correção monetária das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo. "Hedge" de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.5. Instrumentos financeiros passivos--Continuação**

c) Instrumentos de “hedge”--Continuação

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

d) Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

e) Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.5. Instrumentos financeiros passivos--Continuação**

##### e) Passivos ajustados ao seu valor presente--Continuação

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

##### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

##### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários, dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis e sobre o ajuste a valor justo gerado na combinação de negócios, conforme a nota explicativa nº 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

#### **2.7. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.7. Provisões--Continuação**

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados das controladas e controlada em conjunto. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### **2.8. Passivos ajustados ao seu valor presente**

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- **Provisão para manutenção e investimentos:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- **Credor da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% a 6% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.9. Reconhecimento de receita**

##### Receita oriunda da cobrança de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

##### Receita de contraprestação pecuniária

Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à controlada Nascentes das Gerais visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

##### Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.d).

##### Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

#### **2.10. Resultado básico e diluído por ação**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado nas datas dos balanços.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 2. Base para apresentação e elaboração demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por Lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos a pagar foram classificados no passivo não circulante, pois a Administração não tem a intenção de pagamento dentro do próximo exercício social.

#### 2.12. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	A administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia
Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de Omissão Material	A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras".	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e contas bancárias	50	47	8.156	9.197
Aplicações financeiras (*)	-	-	544.160	712.516
Total	50	47	552.316	721.713

(\*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa sem mudança significativa de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB com remuneração média de 95% a 98, % do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 4. Contas a receber de clientes e do poder concedente - consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a)	77.045	71.246
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.184	69.334
ARTESP - ressarcimento (c)	7.205	7.205
Contraprestação pecuniária (d)	1.467	3.113
Outras	3.330	2.527
Provisão para perdas de créditos esperada	(9.410)	(9.120)
Total	148.821	144.305
Circulante	79.637	74.971
Não circulante	69.184	69.334

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

(b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram reclassificadas para o ativo não circulante.

(c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão das controladas Colinas e Triângulo que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram classificadas no ativo não circulante.

(d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula do contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SEINFRA, é de 30 dias. A movimentação da provisão para perdas de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Em 1º de janeiro	(9.120)	(9.353)
Adições à provisão no exercício	(384)	(3.994)
Reversões no exercício	94	4.227
Em 31 de dezembro	(9.410)	(9.120)

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 5. Investimentos

#### Controladora

Em decorrência do processo de reestruturação societária, mencionada na nota 1, a Companhia passou a ser controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Soluciona, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

Participação no investimento	Nascentes das Gerais 100%	Triângulo do Sol 100%	Colinas 100%	Rodovias do Tietê (i) 50%	Soluciona 100%	Total
<u>Movimentação</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2018	242.395	573.557	1.411.960	-	(426)	2.227.486
Resultado de equivalência patrimonial	(27.903)	127.107	97.666	(75.053)	(207)	121.610
Dividendos distribuídos (a)	-	(167.213)	(81.860)	-	-	(249.073)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i)	-	-	-	75.053	-	75.053
Aumento de capital em controlada (b)	22.000	-	-	-	-	22.000
Baixa do Investimento	-	-	-	-	633	633
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>236.492</b>	<b>533.451</b>	<b>1.427.766</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.197.709</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>(82.069)</b>	<b>124.574</b>	<b>100.281</b>	<b>(36.938)</b>	<b>-</b>	<b>105.848</b>
<b>Dividendos distribuídos</b>	<b>-</b>	<b>(198.578)</b>	<b>(129.027)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(327.605)</b>
<b>Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.938</b>	<b>-</b>	<b>36.938</b>
<b>Aumento de capital em controlada (c)</b>	<b>50.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50.000</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>204.423</b>	<b>459.447</b>	<b>1.399.020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.062.890</b>

- (a) Em 17 de abril de 2019 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$117.410, oriundos da conta de reservas de lucros. Em 27 de junho de 2019 a controlada Rodovia das Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$35.000, oriundos da conta de reservas de lucros.
- (b) Em 28 de junho de 2019, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$22.000, com a emissão de 22.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie.
- (c) Em 22 de dezembro de 2020, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$20.000, com a emissão de 45.454.545 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, através de aporte em dinheiro. Em 13 de julho de 2020, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$30.000, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, através de aporte em dinheiro.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 5. Investimentos--Continuação

#### Controladora--Continuação

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas			Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Rodovias do Tietê
Participação - %	100	100	100	(i) 50
Ativo circulante	35.769	103.987	677.387	75.316
Ativo não circulante	949.857	776.176	2.003.482	1.745.553
Passivo circulante	245.037	384.015	546.004	1.811.653
Passivo não circulante	535.762	108.804	1.454.050	349.738
Patrimônio líquido	204.427	387.344	680.815	(340.522)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(82.069)	196.678	190.056	(158.252)

(i) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 9.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$5.785 em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029.

### 6. Impostos de renda e contribuição social diferidos

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 6. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - nota 11	<b>229.561</b>	179.366
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<b>133.232</b>	199.569
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	26.688
Obrigações Fiscais	<b>109.627</b>	96.791
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05)	<b>151.955</b>	183.360
Arrendamento mercantil	<b>277</b>	123
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 4	<b>9.410</b>	9.120
Provisão para manutenção	<b>182.579</b>	199.403
Base de cálculo	<b>816.641</b>	894.420
Alíquota nominal combinada	<b>34%</b>	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	<b>277.658</b>	304.103
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	<b>61.280</b>	85.497
Total do crédito	<b>338.938</b>	389.600
<b>Passivo</b>		
Diferenças temporárias:		
Outros ativos	<b>19.806</b>	26.498
Ajuste ao valor presente, líquido (b)	<b>1.319</b>	3.969
Encargos financeiros antecipados (c)	<b>15.132</b>	21.716
Instrumentos financeiros derivativos	<b>19.627</b>	47.936
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	<b>209.784</b>	233.989
Juros de debêntures capitalizados	<b>3.621</b>	3.938
Direito de concessão adquirido	<b>1.197.436</b>	1.442.709
Base de cálculo	<b>1.466.725</b>	1.780.755
Alíquota nominal combinada	<b>34%</b>	34%
Total do débito	<b>498.687</b>	605.457
Tributo diferido passivo líquido	<b>(159.749)</b>	(215.857)
Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:		
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões	<b>20.498</b>	26.871
Colinas	<b>68.339</b>	69.470
Nascentes das Gerais	<b>102.474</b>	113.584
Triângulo do Sol	<b>56.069</b>	64.739
	<b>247.380</b>	274.664
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões (d)	<b>(407.129)</b>	(490.521)
Tributo diferido passivo líquido	<b>(159.749)</b>	(215.857)

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 6. Impostos de renda e contribuição social diferidos--Continuação

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP).
- (c) Refere-se às deduções de empréstimos, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação dos financiamentos captados para adições ao intangível e debêntures.
- (d) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.

#### *Reconciliação dos impostos*

O imposto de renda e a contribuição social consolidados líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>(399.903)</b>	168.723	<b>(269.920)</b>	270.723
Alíquota nominal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Receita/Despesa de imposto de renda e contribuição social	<b>135.967</b>	(57.366)	<b>91.773</b>	(92.045)
Diferenças permanentes:				
Outros ajustes (a)	<b>(202.143)</b>	(364)	<b>(239.385)</b>	(818)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>35.988</b>	41.348	<b>(12.559)</b>	(25.518)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<b>(30.188)</b>	(16.382)	<b>(160.171)</b>	(118.381)
Correntes	<b>(23.815)</b>	(26.765)	<b>(216.281)</b>	(228.776)
Diferidos	<b>(6.373)</b>	10.383	<b>56.110</b>	110.394

- (a) Referem-se a diferenças permanentes e despesas não dedutíveis, entre outras, e diferenças temporárias para as quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, sendo principalmente composto pelo registro do *impairment* sobre as debêntures ativas,

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 7. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.025.966	107.157	19.521	3.282.252	6.434.896
Adições	124.748	-	221	-	124.969
Baixas	(1.133)	-	-	-	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.149.581	107.157	19.742	3.282.252	6.558.732
Adições	<b>121.396</b>	-	<b>457</b>	-	<b>121.853</b>
Baixas	<b>(1.081)</b>	-	-	-	<b>(1.081)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>3.269.896</b>	<b>107.157</b>	<b>20.199</b>	<b>3.282.252</b>	<b>6.679.504</b>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.420.005)	(90.105)	(15.050)	(1.594.277)	(3.119.437)
Adições	(201.537)	(3.517)	(2.097)	(245.276)	(452.426)
Baixas	800	-	-	-	800
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.620.742)	(93.622)	(17.147)	(1.839.553)	(3.571.063)
Adições	<b>(205.566)</b>	<b>(3.727)</b>	<b>(1.322)</b>	<b>(245.267)</b>	<b>(455.883)</b>
Baixas	<b>796</b>	-	-	-	<b>796</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>(1.825.512)</b>	<b>(97.349)</b>	<b>(18.469)</b>	<b>(2.084.820)</b>	<b>(4.026.150)</b>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.529.157	13.218	2.595	1.442.699	2.987.669
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>1.444.384</b>	<b>9.808</b>	<b>1.730</b>	<b>1.197.432</b>	<b>2.653.354</b>
Taxa média de amortização	13,16%	3,66%	20%	13,18%	-
<b>Ativo intangível</b>					<b>2.579.951</b>
<b>Ativo contratual</b>					<b>73.403</b>
<b>Total ativo da concessão</b>					<b>2.653.354</b>

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 7. Ativo contratual e intangível da concessão--Continuação

#### Análise sobre o valor de recuperação

A Administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

### 8. Debêntures - Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2020	31/12/2019
<u>Colinas</u>					
4ª emissão: (**)					
1ª série	57.132	100% CDI + 1,50% a.a.	Outubro/2020	-	127.338
2ª série (*)	12.368	100% IPCA + 5,00% a.a.	Outubro/2020	-	41.062
3ª série (*)	25.500	100% IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	<b>427.129</b>	414.680
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2023	<b>123.963</b>	124.761
7ª emissão:					
1ª série	23.000	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2021	<b>77.184</b>	155.272
8ª emissão:					
1ª série	40.000	CDI a 100% + 2,35% a.a.	Agosto/2021	-	401.054
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/2025	<b>410.604</b>	410.944
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/2024	<b>104.791</b>	104.877
10ª emissão:					
1ª série	400.000	CDI a 100% + 2,50% a.a.	Dezembro/2026	<b>400.345</b>	-
2ª série	100.000	CDI a 100% + 2,00% a.a.	Dezembro/2023	<b>100.077</b>	-
<u>Triângulo do Sol</u>					
2ª emissão: (**)					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	-	47.681
2ª série (*)	36.705	100% IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	-	79.861
5ª emissão: (***)					
1ª série	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Fevereiro/2021	<b>48.861</b>	299.064
<u>Nascentes das Gerais</u>					
4ª emissão: (**)					
1ª série	260	100% CDI+ 4,60% a.a.	Junho/2022	<b>260.791</b>	260.850
2ª série	200	100% CDI+ 6% a.a.	Julho/2022	-	273.068
				<b>1.953.745</b>	2.740.512
Custo de transação				<b>(15.133)</b>	<b>(21.715)</b>
Saldo líquido				<b>1.938.612</b>	<b>2.718.797</b>
Circulante				<b>471.496</b>	819.805
Não circulante				<b>1.467.116</b>	1.898.992

(\*) Essas operações estão sendo mensuradas aos valores justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 21).

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 8. Debêntures - Consolidado--Continuação

(\*\*) Essas operações não possuem cláusula de repactuação e são garantidas com a alienação fiduciária de 100% das ações de emissão das emissoras; cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração das concessões objeto dos contratos de concessão mencionados na Nota 1; e, para as debêntures da controlada Nascentes das Gerais também há garantia em forma de fiança da Companhia.

(\*\*\*) Em 16 de junho de 2018, a controlada Triângulo do Sol efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário.

#### Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2020 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas.

### 9. Transações com partes relacionadas

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	274	504	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	902	6.997	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	5.451	10.650	-	-
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	-	-	1.695	-
	<b>6.627</b>	18.151	<b>1.695</b>	-
Dividendos a Receber:				
Rodovias das Colinas S.A.	94.578	50.032	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	273.021	74.606	-	-
	<b>367.599</b>	124.638	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Contrato de mútuo a receber de controlada em conjunto :				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	-	-	-	-
Contas a receber de acionista:				
Hauolimau Empreendimentos e Participações Ltda (c)	34.648	34.648	34.648	34.648
Debêntures a receber:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	2.135.250	2.585.682	2.135.250	2.585.682

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços:				
SPEA Ingegneria Europea S.p.a.	-	311	-	311
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	167	-	167	167
Autostrade per l'Italia	-	2.514	-	2.346
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Adiantamentos				
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda.	203	202	203	-
Total do passivo circulante	370	3.027	1.005	3.459
<i>Passivo não circulante</i>				
Autostrade Concessões E Participações (f)	297.294	-	297.294	-
Debêntures a pagar a controladas (e):				
Rodovias das Colinas S.A.	948.062	907.659	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	538.025	515.097	-	-
Total	1.486.087	1.422.756	-	-
Mútuo a pagar a controladas:				
Rodovias das Colinas S.A.	220.400	213.945	-	-
Total	220.400	213.945	-	-
Total do passivo não circulante	2.003.781	1.636.701	297.294	-
<b>Transações</b>				
Receitas de prestação de serviços:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	1.084	976	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	10.904	9.855	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	10.850	10.400	-	-
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	-	-	21.549	-
Total	22.838	21.231	21.549	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A.	141.560	208.737	141.560	208.737
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.	10.250	12.612	10.250	12.612
Concessionária Rodovia MG-050	91	-	91	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	(22.928)	(43.849)	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	(46.857)	(78.195)	-	-
Total	82.116	99.305	151.901	221.349

(a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 9. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Lineas International Holding B.V., para a controladora em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 5, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou plano de recuperação judicial. Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$128.072.
- (c) Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente. Em 28 de junho de 2017, a Autostrade por meio da AB Concessões enviou à Haulimau, Notificação de cobrança, no valor de R\$34.647 a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente quando da assinatura do TA 07.
- (d) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu provisão para perdas de créditos esperada, no valor de R\$591.991.
- (e) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 31 de dezembro de 2023. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora Triângulo do Sol, com a compensação, no valor de R\$98.889.
- (f) Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu a integralidade das 200 (duzentas) Debentures de emissão da controlada Concessionária MG-050 S/A - anteriormente subscritas por sua parte relacionada Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda - que correspondem a integralidade das debêntures da 2ª Série de montante original de R\$200.000 ("Debêntures Subordinadas"), que será pago até o final de 2021.

#### Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Salários	9.452	10.224
Encargos	2.644	2.442
Outros benefícios	1.268	1.005
Total	13.364	13.671

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 10. Credor pela concessão

Refere ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedentes pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O saldo variável da controlada Colinas correspondente a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo variável da controlada Triângulo do Sol correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

### 11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 20, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$19.786.

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2020
Riscos:						
Cíveis (a)	79.513	19.334	(28.048)	(8.451)	10.725	73.073
Trabalhistas (b)	81.945	37.268	(1.340)	(26.052)	30.122	121.943
Tributários	1.295	805	(4)	(1)	9	2.104
Outras contingências (c)	16.612	16.653	(1.508)	(281)	965	32.441
Total	179.365	74.060	(30.900)	(34.785)	41.821	229.561

  

	Consolidado					
	31/12/2018	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2019
Riscos:						
Cíveis (a)	63.742	29.256	(19.971)	(5.580)	12.066	79.513
Trabalhistas (b)	45.631	50.743	(2.988)	(12.513)	1.072	81.945
Tributários	-	1.373	(78)	-	-	1.295
Outras contingências (c)	18.764	9.140	(10.172)	(1.678)	558	16.612
Total	128.137	90.512	(33.209)	(19.771)	13.696	179.365

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no exercício decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários--Continuação

- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no exercício decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$109.674 (R\$132.967 em dezembro de 2019), trabalhistas no valor de R\$27.666 (R\$20.592 em dezembro de 2019) e administrativos no valor de R\$31.976 (R\$40.232 em dezembro de 2019) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triangulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triangulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado é de R\$253.212 em 31 de dezembro de 2020 (R\$254.724 em dezembro 2019). O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$429.191, e nos quais as controladas foram envolvidas, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o cenário, o qual entende ser equivocado.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 12. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 5,56% ao ano.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	<b>Manutenção em rodovias</b>	<b>Investimentos em rodovias</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	206.156	59.676	265.832
Adições e atualizações	27.814	21.493	49.307
Utilizações	(114.780)	(4.539)	(119.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.190	76.630	195.820
Adições e atualizações	<b>43.200</b>	<b>(7.073)</b>	<b>36.127</b>
Utilizações	<b>(73.552)</b>	<b>(4.140)</b>	<b>(77.692)</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<b>88.838</b>	<b>65.417</b>	<b>154.255</b>
Circulante	<b>55.126</b>	<b>1.139</b>	<b>56.265</b>
Não circulante	<b>33.712</b>	<b>64.278</b>	<b>97.990</b>
Total	<b>88.838</b>	<b>65.417</b>	<b>154.255</b>

### 13. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Quantidade de ações subscritas</b>	<b>Participação</b>
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

#### Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 13. Patrimônio Líquido--Continuação

#### Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em assembleia geral ordinária.

### 14. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita com arrecadação de pedágio	1.211.569	1.260.134
Outras receitas - contraprestação pecuniária	16.034	12.360
Outras receitas	23.032	21.150
Receita de serviços de construção	120.590	95.021
Receita bruta	1.371.225	1.388.665
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(61.156)	(63.539)
PIS	(7.609)	(8.696)
COFINS	(35.122)	(40.130)
Receita operacional líquida	1.267.338	1.276.300

### 15. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de depreciação e amortização (*)	(1.969)	(2.629)
Despesas com prestadores de serviços	(6.238)	(5.739)
Despesas com funcionários	(26.235)	(24.462)
Despesas com materiais e equipamentos	(195)	(452)
Outras despesas	(2.239)	(2.498)
Constituição de provisão para contingências	(790)	(327)
Outras receitas, líquidas	22.838	21.657
Total	(14.828)	(14.450)

(\*) Refere-se à depreciação do ativo imobilizado somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16, esta última no valor de R\$388.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 15. Custos e despesas por natureza--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(46.693)	(17.736)
Despesas de depreciação e amortização (*)	(459.065)	(454.512)
Despesas com o ônus variável da concessão	(17.990)	(18.598)
Despesas com prestadores de serviços	(81.133)	(80.370)
Despesas com funcionários	(91.297)	(88.348)
Despesas com materiais e equipamentos	(25.631)	(26.137)
Despesas com construção	(120.590)	(95.021)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(84.572)	(70.999)
Constituição (Reversão) Reembolso de seguro	(6.692)	4.240
Outras despesas	(14.072)	(16.976)
Outras receitas, líquidas	2.670	1.959
Total	(945.065)	(862.498)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(544.131)	(497.171)
Despesas gerais e administrativas	(403.604)	(367.712)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.670	2.385
Total	(945.065)	(862.498)

(\*) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16, esta última no valor de R\$2.645.

### 16. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Outros	15	48
Juros com partes relacionadas	151.901	221.350
	151.916	221.398
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas	(69.785)	(122.045)
Comissões bancárias e outras	(7.745)	(388)
Outras despesas financeiras líquidas	(6)	(10.714)
	(77.536)	(133.147)
Resultado financeiro	74.380	88.251

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 16. Resultado financeiro--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	40.737	37.758
Juros com partes relacionadas	151.901	221.349
Receitas com instrumentos financeiros - hedge	36.686	68.897
Ônus fixo	-	6.292
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros	99.543	118.598
Outras receitas financeiras	1.205	63
	<b>330.072</b>	<b>452.957</b>
Despesas financeiras:		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	-	(257)
Variação do ajuste a valor presente	(6.867)	(15.493)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(165.279)	(256.478)
Despesas com instrumentos financeiros - hedge	(4.714)	(45.365)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros	(121.399)	(151.257)
Comissões bancárias e outras	(14.357)	(1.648)
Outras despesas financeiras	(7.408)	(23.797)
	<b>(320.024)</b>	<b>(494.295)</b>
Resultado financeiro	<b>10.048</b>	<b>(41.338)</b>

### 17. Lucro básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

Básico e diluído	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício	(430.091)	152.341
Média ponderada de ações durante o exercício	209.254	209.254
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	<b>(2,05)</b>	<b>728,02</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 18. Informações complementares dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedor de intangível a pagar	15.239	(10.267)
Utilização de provisão para investimento na aquisição de ativo intangível	(4.140)	(4.539)
Provisão para investimentos a realizar - intangível	(13.574)	15.203

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures e empréstimos e financiamentos como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados consolidados têm sido utilizados pela Companhia e suas controladas para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

### 19. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros estão expostos a riscos, sendo importante a avaliação potencial deles. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A estrutura de capital consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os objetivos da Administração são de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

#### Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida - partes relacionadas	2.003.781	1.636.701
Caixa e equivalentes de caixa	(50)	(47)
Dívida líquida	2.003.731	1.636.654
Patrimônio líquido	2.732.346	3.162.437
Índice de endividamento líquido	0,73	0,52

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Índice de endividamento--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dívida - debêntures e empréstimos e financiamentos	1.953.745	2.740.512
Caixa e equivalentes de caixa	(552.316)	(721.713)
Dívida líquida	<b>1.401.429</b>	2.018.799
Patrimônio líquido	2.732.346	3.162.437
Índice de endividamento líquido	<b>0,51</b>	0,64

#### Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado:

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures e empréstimos, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Empréstimos	<b>1.706.487</b>	<b>1.670.805</b>	1.636.701	1.661.026

  

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	<b>1.812.870</b>	<b>1.950.756</b>	2.191.121	2.358.145

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração, conforme suas características

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos</b>		
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	50	47
Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures	2.473.920	2.638.481
Outros ativos	1.065	1.154
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
<b>31/12/2020</b>		
<b>31/12/2019</b>		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	302.981	4.549
Debêntures com partes relacionadas	1.486.087	1.422.756
Mútuo com partes relacionadas	220.400	213.945
<b>Consolidado</b>		
<b>31/12/2020</b>		
<b>31/12/2019</b>		
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	552.316	721.713
Partes relacionadas - contas a receber, mútuo e debêntures	2.468.988	2.620.330
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	148.821	144.305
Outros ativos	12.923	11.160
<b>Avaliado ao valor justo por meio do resultado</b>		
Instrumentos financeiros derivativos -hedge	161.851	181.325
Instrumentos financeiros derivativos	113.864	97.508
Debêntures	427.129	535.603
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
<b>31/12/2020</b>		
<b>31/12/2019</b>		
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	364.332	80.074
Debêntures e empréstimos e financiamentos	1.526.616	2.204.909
Credor pela concessão	2.029	3.468
Outras contas a pagar	9.168	30.222

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 9, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “offset swaps”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas Triângulo do Sol e Colinas mantinham os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A controlada Colinas contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,677% ao ano. A controlada Triângulo do Sol contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de Swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou Swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Na mesma data, a controlada Triângulo do Sol contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nocial)	Valor justo ("fair value") 31/12/2020	Valor justo ("fair value") 31/12/2019	Efeito acumulado valor a receber (pagar)
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	<b>121.696</b>	133.904	(12.208)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,17%	24.000	-	10.851	(10.851)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	-	8.244	(8.244)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	<b>191.008</b>	210.027	(19.019)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,21%	32.867	-	14.865	(14.865)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	-	42.848	(42.848)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,03%	18.000	-	8.129	(8.129)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	-	10.676	(10.676)
Total				513.882	<b>312.704</b>	439.544	(126.840)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	<b>165.809</b>	161.819	3.990
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	24.000	-	13.112	(13.112)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	-	10.653	(10.653)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	<b>260.759</b>	254.484	6.275
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	32.867	-	17.957	(17.957)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	-	55.398	(55.398)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	18.000	-	9.834	(9.834)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	-	13.794	(13.795)
Total				513.882	<b>426.568</b>	537.051	(110.483)
Instrumentos financeiros, líquido					<b>(113.864)</b>	(97.508)	(16.357)
Pagamento de Instrumento Financeiro							(5.499)
Efeito acumulado no resultado do exercício							(21.856)

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nociona)	Valor justo ("fair value") 31/12/2020	Valor justo ("fair value") 31/12/2019	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA 5,00%	40.000	-	13.112	(13.112)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	<b>165.809</b>	161.819	3.990
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	-	10.653	(10.653)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	54.778	-	17.957	(17.957)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	<b>260.759</b>	254.484	6.275
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	-	55.398	(55.398)
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	30.000	-	9.834	(9.834)
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	-	13.794	(13.794)
<b>Total</b>				<b>756.784</b>	<b>426.568</b>	<b>537.051</b>	<b>(110.483)</b>
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,25%	40.000	-	8.911	8.911
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	<b>102.957</b>	106.142	3.185
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	-	7.350	7.350
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,294%	54.778	-	12.209	12.209
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	<b>161.760</b>	166.694	4.934
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	-	38.216	38.216
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,29%	30.000	-	6.686	6.686
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	-	9.517	9.517
<b>Total</b>				<b>756.784</b>	<b>264.717</b>	<b>355.725</b>	<b>91.008</b>
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar					<b>161.851</b>	181.326	(19.475)
Instrumentos financeiros, líquidos							161.850
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							7.521
Recebimento de instrumento financeiro							43.926
Efeito acumulado no resultado do exercício							<b>31.972</b>

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de derivativos embutidos.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo--Continuação

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o exercício, o “hedge” foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$7.521 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

#### Riscos de mercado

##### a) *Exposição a riscos cambiais e de taxas de juros*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. A Companhia está exposta a riscos normais de taxas de juros de mercado.

##### b) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstas no contrato de concessão, cujo recebimento depende da negociação com a SETOP, conforme mencionado na Nota 4.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **19. Instrumentos financeiros--Continuação**

#### Riscos de mercado

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Riscos de mercado--Continuação

##### c) *Risco de liquidez*--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (j)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	149.294	-	80.110	-	80.110	69.184	-	-	69.184	149.294
Debêntures - partes relacionadas	2.432.645	1.132.710	-	-	-	-	3.565.355	-	3.565.355	3.565.355
Contas a receber - partes relacionadas	34.648	-	-	-	-	-	34.648	-	34.648	34.648
Instrumentos financeiros líquidos	161.851	9.259	-	53.652	53.652	117.457	-	-	117.457	171.109
Outras contas a receber	10.893	-	-	10.893	10.893	-	-	-	-	10.893
Total	2.789.331	1.141.969	80.110	64.545	144.655	186.641	3.600.003	-	3.786.644	3.931.299

## AB Concessões S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### 19. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Riscos de mercado--Continuação

##### c) *Risco de liquidez*--Continuação

Modalidade	Valor contábil	Juros estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
Passivos:										
Debêntures - principal (ii)	2.106.555	29.097	48.775	416.932	465.707	807.630	595.648	266.667	1.669.945	2.135.652
Debêntures - juros Credor pela concessão (iii)	116.225	297.796	274	78.925	79.199	285.173	37.824	11.825	334.822	414.021
Fornecedores e partes relacionadas	2.029	-	2.029	-	2.029	-	-	-	-	2.029
Instrumentos financeiros líquidos	67.978	-	15.605	52.373	67.978	-	-	-	-	67.978
Outras contas a pagar	113.864	(235.610)	-	(28.867)	(28.867)	(92.879)	-	-	(92.879)	(121.746)
	8.932	-	4.220	4.712	8.932	-	-	-	-	8.932
<b>Total</b>	<b>2.415.583</b>	<b>91.283</b>	<b>70.903</b>	<b>524.075</b>	<b>594.978</b>	<b>999.924</b>	<b>633.472</b>	<b>278.492</b>	<b>1.911.888</b>	<b>2.506.866</b>

- (i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2020 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.
- (ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.
- (iii) Valores nominais.

## **AB Concessões S.A. e Controladas**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2020  
(Em milhares de reais)

### **20. Seguros contratados**

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

### **21. Eventos subsequentes**

Em 26 de janeiro de 2021, a controlada Colinas, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros".

Em 26 de janeiro de 2021, a controlada Triângulo do Sol, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$223.852, oriundos da conta de reservas de lucros.